

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA CONTÁBIL ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DO ESOCIAL

Discente: Sara Cristiane Loeblein - sloeblein1@gmail.com

Orientadora: Profª Dra. Renata Mendes de Oliveira – renatamendes@ufu.br

RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar a percepção dos profissionais contábeis, que atuam no município de Ituiutaba/MG, sobre as implicações decorrentes da implementação do eSocial na rotina de trabalho nos escritórios de contabilidade. A pesquisa possui natureza descritiva, com abordagem quantitativa em relação à análise dos dados. Os dados foram coletados por meio de questionários no *Google Forms*, com a obtenção de 24 respostas dos profissionais contábeis associados ao Sindicato dos Profissionais de Contabilidade de Ituiutaba e Região. Os resultados demonstram que a implementação do eSocial desencadeou implicações diversas, com a necessidade de adaptações em relação aos *softwares* adotados e capacitações dos profissionais contábeis. Ainda foram percebidas dificuldades relacionadas ao envio e validação das informações no sistema do e-Social, além de mudanças culturais. Apesar disso, os profissionais contábeis perceberam que a implementação do eSocial melhorou a qualidade e uniformização das informações enviadas. Também foi observada a redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas e a diminuição de custos ligados ao armazenamento de documentos físicos. A necessidade de compreender o eSocial, impulsionou os profissionais a buscar mais conhecimento através de cursos e treinamentos, o que foi possível com a ajuda do Sindicato e Conselhos de Contabilidade. Face aos resultados observados, pode-se dizer que a pesquisa contribui para a literatura e prática, especialmente no que tange ao atendimento das obrigações impostas aos profissionais contábeis.

Palavras-chave: Implementação do eSocial. Implicações. Profissionais contábeis.

ABSTRACT

The aim of the study was to analyze the perception of accounting professionals working in the municipality of Ituiutaba/MG about the implications of implementing eSocial in the work routine of accounting firms. The research is descriptive in nature, with a quantitative approach to data analysis. The data was collected using questionnaires on Google Forms, with 24 responses from accounting professionals associated with the Ituiutaba and Region Accounting Professionals Union. The results show that the implementation of eSocial has had a number of implications, with the need to adapt the software adopted and to train accounting professionals. Difficulties were also encountered in sending and validating information in the e-Social system, as well as cultural changes. Despite this, the accounting professionals felt that the implementation of eSocial had improved the quality and standardization of the information sent. There has also been a reduction in involuntary involvement in fraudulent practices and a reduction in costs linked to the storage of physical documents. The need to understand eSocial led professionals to seek more knowledge through courses and training, which was made possible with the help of the Accounting Union and Accounting Councils. In view of the results observed, it can be said that the research contributes to literature and practice, especially with regard to meeting the obligations imposed on accounting professionals.

Keywords: Implementation of eSocial. Implications. Accounting professionals.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Tributário Nacional estabelece normas gerais de direito tributário, incluindo as obrigações tributárias, que podem ser divididas em obrigações principais e acessórias, conforme definido pela Lei nº 5.172/1966, ou como é conhecida, Código Tributário Nacional (CTN). A referida Lei, em seu Art. 113, § 1, estabelece que a obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador e se extingue juntamente com o crédito tributário correspondente. Por outro lado, a obrigação acessória, tratada no Art. 113, § 2, da Lei nº 5.172/1966, refere-se às obrigações estabelecidas pela legislação tributária, que envolvem prestações, positivas ou negativas, com o objetivo de arrecadar ou fiscalizar tributos.

Uma das obrigações tributárias acessórias é o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias (eSocial). De acordo com o estudo de Silva (2019), o eSocial, objeto de investigação desta pesquisa, está relacionado ao departamento pessoal. É um sistema que unifica todas as informações trabalhistas, anteriormente enviadas separadamente ao governo, com o objetivo de simplificar, agilizar, padronizar a validação e transmissão dessas informações, mantendo-as em um único cadastro nacional (Silva, 2019).

Diversas pesquisas têm abordado a percepção dos profissionais de escritórios de contabilidade em relação à implementação do eSocial. Um exemplo é o estudo conduzido por Machado e Mollica (2018), que destacaram como desvantagens da implementação do eSocial, o curto prazo para prestar as informações ao governo, e as multas por omissão e atrasos, que podem ser exorbitantes. O estudo realizado por Nunes (2021) revelou que a implantação do eSocial teve impactos significativos nas rotinas empresariais, com reflexos no aumento da produtividade e transformação do papel do profissional do departamento de pessoal. No estudo de Souza *et al.* (2023), foram observados benefícios e dificuldades quando da implementação do eSocial. Os resultados apresentados por estes estudos denotam que a implementação do eSocial apresenta desvantagens e vantagens, o que demanda a continuidade da observação em diferentes locais com o intuito de avaliar as diferentes constatações.

Com base no exposto, a questão que norteia a presente pesquisa é: **Qual a percepção dos profissionais contábeis em relação às implicações decorrentes da implementação do eSocial na rotina de trabalho nos escritórios de contabilidade do município de Ituiutaba/MG.** A questão leva então ao objetivo da pesquisa voltado a analisar a percepção dos profissionais contábeis, que atuam no município de Ituiutaba/MG, sobre as implicações decorrentes da implementação do eSocial na rotina de trabalho nos escritórios de contabilidade. Nesse sentido, são apresentados como objetivos específicos: (i) Investigar o processo de adaptação dos profissionais contábeis durante a implementação do sistema eSocial, identificando as etapas de transição e ajustes realizados nos escritórios de contabilidade; (ii) Compreender acerca dos benefícios proporcionados pelo eSocial; (iii) Identificar os aspectos positivos percebidos pelos profissionais contábeis em relação ao eSocial.

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender como os profissionais contábeis têm se adaptado ao eSocial como parte de suas rotinas de trabalho. O eSocial é uma obrigação acessória implementada recentemente, o que acaba por gerar impactos significativos nas atividades contábeis. Além disso, a implementação do eSocial cria demandas que exigem adaptação e preparo por parte dos profissionais.

Este estudo contribui para o campo acadêmico ao abordar um tema ainda pouco discutido por pesquisas acadêmicas. A investigação da percepção dos profissionais contábeis sobre as mudanças decorrentes da implementação do eSocial traz novos *insights* e informações relevantes que podem enriquecer o corpo teórico existente. Ao preencher essa lacuna de conhecimento, a pesquisa oferece subsídios para o avanço e aprofundamento dos estudos contábeis, contribuindo para a consolidação e aprimoramento da área de conhecimento.

Do ponto de vista profissional, este estudo é importante, pois proporciona uma análise aprofundada sobre as mudanças que os profissionais contábeis enfrentaram e ainda enfrentam em decorrência da implementação do eSocial. Compreender como ocorre o processo de adaptação e identificar as principais dificuldades enfrentadas permite que sejam desenvolvidas estratégias para melhorar o desempenho das atividades contábeis nesse contexto. Os resultados da pesquisa podem ser utilizados pelos conselhos de contabilidade, órgãos reguladores e demais instituições responsáveis pela profissão para orientar e direcionar ações de capacitação, regulamentação e suporte aos profissionais, de modo a promover uma transição mais suave e eficiente.

No âmbito social, esta pesquisa contribui ao trazer à tona questões relacionadas à implementação de um novo sistema que afeta diretamente as obrigações trabalhistas e previdenciárias. Ao identificar os benefícios e as dificuldades percebidas pelos profissionais contábeis, o estudo pode fornecer subsídios para o aprimoramento do eSocial, possibilitando uma melhor eficiência na gestão das informações trabalhistas e previdenciárias. Isso impacta positivamente a sociedade como um todo, promovendo uma maior transparência, conformidade e eficácia no cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas.

Portanto, esse estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar o entendimento sobre a percepção dos profissionais contábeis em relação às mudanças decorrentes da implementação do eSocial. Ao fornecer conhecimentos acadêmicos, profissionais e sociais relevantes, essa pesquisa contribui para a Ciência Contábil, para o aprimoramento da profissão contábil e para uma gestão mais eficiente das obrigações tributárias em geral.

O presente trabalho foi estruturado em cinco seções, sendo esta introdução à primeira. A segunda seção destina-se ao referencial teórico com apresentação dos estudos acerca de obrigações tributárias, eSocial e estudos anteriores sobre o assunto. A terceira seção apresenta o delineamento metodológico para o desenvolvimento da pesquisa. A quarta seção compreende a descrição e discussão dos resultados encontrados. Por fim, a quinta seção destina-se à exposição das considerações finais da pesquisa, bem como as implicações teóricas e práticas, limitações e sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa é embasado em manuais de orientação governamentais, na legislação do Código Tributário Nacional, em sites governamentais e não governamentais, bem como em trabalhos de outros autores que abordam o mesmo conteúdo investigado. Esse referencial abrange aspectos gerais relacionados às obrigações tributárias acessórias, ao eSocial e a estudos anteriores sobre o tema.

2.1 Obrigações Tributárias Acessórias

De acordo com o Art. 3 da Lei nº 5.172/1966, “tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. Posto isto, o Art. 5 da referida Lei segrega os tributos em impostos, taxas e contribuições de melhoria, cujas definições são evidenciadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Definição de impostos, taxas e contribuições de melhorias.

Elemento tributário	Definição
Impostos	Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte (art. 16).
Taxas	As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua

	disposição (art.77).
Contribuições de Melhorias	A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado (art.81).

Fonte: Elaborado com base na Lei nº 5.172/1966.

O Sistema Tributário Nacional institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados, do Distrito Federal e Municípios, abrangendo, dentre outros aspectos questões relacionadas às obrigações tributárias. Conforme o Art. 113 da Lei nº 5.172/1966, uma obrigação tributária pode ser principal ou acessória. A obrigação principal é caracterizada pela concretização do fato gerador que incorre em uma obrigação de natureza pecuniária, ou seja, nasce a obrigação de pagar o tributo (Corrêa *et al.*, 2014).

Já as obrigações acessórias são instrumentos que facilitam a observância da obrigação principal, servindo como ferramenta para fiscalização na apuração e arrecadação do tributo perante o Estado (Corrêa *et al.*, 2014). Para o contribuinte, as obrigações acessórias são deveres administrativos e burocráticos, que facilitam o cumprimento das obrigações principais (Corrêa *et al.*, 2014). Quando não cumprimento da obrigação acessória, esta se transforma uma obrigação principal pecuniária. Nesse sentido, o Art. 113 da Lei nº 5.172/1966 (p. 15) descreve que “a obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária”.

Utilizando-se das obrigações acessórias como instrumentos que auxiliam o fisco nas suas atividades, a Receita Federal impõe ao contribuinte prestações que o indiciarão a declarar suas obrigações referentes aos tributos por ela administrados (Corrêa *et al.*, 2014). Segundo Cárnio, Morando e Nagib (2019), identificam-se como principais motivos das obrigações acessórias: (i) a otimização da arrecadação estatal e (ii) o combate à evasão fiscal por meio de efetivo controle e fiscalização pelos órgãos fazendários, mediante cotejo entre as informações pelo contribuinte e os dados de que dispõem em seus sistemas.

Além dos aspectos já expostos, a Lei nº 5.172/1966 apresenta outras diferenças entre obrigação tributária principal e acessória, como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 - Diferenças entre obrigação tributária principal e acessória

Obrigação Tributária principal	Obrigação tributária acessória
Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência (art.114).	Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal (art.115).
A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente (art. 113, § 1º).	A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos (art. 113, § 2º).
Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária (art.121).	Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto (art. 122).

Fonte: Elaborado com base na Lei nº 5.172/1966.

Segundo Silva (2019), as obrigações acessórias têm grande peso dentro da rotina dos escritórios. As declarações e arquivos gerados têm periodicidade que varia de acordo com o tipo da obrigação e, por isso, podem ser mensais ou anuais. Diante disso, os profissionais contábeis acabam por terem grandes responsabilidades, especialmente na busca por evitar comportamentos errôneos.

Na esfera criminal, destaca-se a Lei nº 8.137/1990, que estipula que qualquer pessoa, independentemente de sua posição, está sujeita a responsabilização penal conforme sua culpabilidade. Dessa forma, é possível inferir que o contador pode ser responsabilizado por infrações tributárias quando houver prejuízo aos recursos públicos. Essa legislação, conhecida como Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e contra as Relações de Consumo, estabelece diversas infrações relacionadas a questões fiscais e tributárias. Nesse sentido, observam-se punições, que compreendem sanções administrativas e penas criminais, referentes a problemas como sonegação e fraude fiscal, falsificação de documento e crime Contra a Ordem Tributária.

É nesse ambiente que surge o eSocial, *software*/programa contábil trabalhista, que tem como objetivo integralizar informações de milhares de trabalhadores de todo o país em tempo real, em um sistema único simplificado capaz de processar, validar, organizar e distribuí-las (Silva, 2019). Todas as informações estarão disponíveis *online*, onde cada ente poderá acessar o que for de seu interesse (Silva, 2019). Diante do exposto, no próximo tópico apresenta-se, com maior profundidade, acerca do eSocial, visto que este será o foco desta pesquisa.

2.2 E-Social

O eSocial é uma obrigação acessória oriunda de um projeto do governo federal, instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. Conforme o Manual de Orientação do eSocial, divulgado em outubro de 2022, o objetivo desse projeto foi desenvolver um sistema de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, armazenando-as em um Ambiente Nacional Virtual, a fim de possibilitar aos órgãos participantes, na medida da pertinência temática de cada um, a utilização de tais informações para a apuração de tributos e da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (Brasil, 2022b).

O Decreto nº 8.373/2014, o eSocial define e apresenta os princípios do eSocial da seguinte forma:

Art. 2º O eSocial é o instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional composto por: I – escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas; II – aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e III – repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração [...]

Art. 3º O eSocial rege-se pelos seguintes princípios: I – viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; II – racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações; III – eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas; IV – aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias; e V – conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte (Brasil, 2014, p. 1).

O projeto e-Social foi uma ação conjunta de diferentes órgãos e entidades do Governo Federal. Esses órgãos e entidades são: a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que inclui a Secretaria de Previdência, Secretaria de Trabalho e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade; Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, todos vinculados ao Ministério da Economia (Brasil, 2019).

O eSocial é parte integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que ainda apresenta módulos referentes a Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital (EFD), e-Financeira, Nota Fiscal Eletrônica

(NF-e), dentre outros (GOV, 2019). Destaca-se que o SPED foi instalado pelo Governo Federal com o intuito de promover a integração dos sistemas de fiscalização e arrecadação (Sebold *et al.*, 2012). Desta forma, racionalizou e uniformizou as obrigações acessórias para os contribuintes, facilitando o cruzamento de informações e consequentemente identificando mais rapidamente os ilícitos tributários (Sebold *et al.*, 2012).

Todo aquele que contratar prestador de serviço pessoa física e possua alguma obrigação trabalhista, previdenciária ou tributária, em função dessa relação jurídica de trabalho, inclusive se tiver natureza administrativa, está obrigado a enviar informações decorrentes desse fato por meio do eSocial (Brasil, 2022b). Para os empregadores, a obrigatoriedade de utilização do eSocial é estabelecida pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Portaria do Ministério da Economia nº 300, de 13 de junho de 2019, e Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho nº 716, de 04 de julho de 2019, considerando o cronograma de implantação e transmissão das informações, evidenciado no Quadro 3.

Quadro 3 – Cronograma de Implantação do eSocial

	Fase 1 – Eventos de Tabelas	Fase 2 – Eventos não periódicos	Fase 3 – Eventos periódicos	Fase 4 – Eventos de SST
Grupo 1	08/01/2018	01/03/2018	01/05/2018	13/10/2021
Grupo 2	16/07/2018	10/10/2018	10/01/2019	10/01/2022
Grupo 3 Pessoas Jurídicas	10/01/2019	10/04/2019	10/05/2021	10/01/2022
Grupo 3 Pessoas Físicas	10/01/2019	10/04/2019	19/07/2021	10/01/2022
Grupo 4	21/07/2021	22/11/2021	22/08/2022	1/01/2023

Notas: Grupo 1 – Empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões; Grupo 2- Entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 de até 78 milhões (setenta e oito milhões) e que não sejam optante pelo Simples Nacional. Grupo 3 - Empregadores optantes pelo Simples Nacional, empregadores pessoa física. (Exceto doméstico), produtor rural Pessoa Física e entidades sem fins lucrativos. Grupo 4 - órgãos públicos e organizações internacionais.

Fonte: Brasil (2022a).

Para ter acesso ao portal do eSocial é necessário criar uma conta no *site* “gov.br”. Em seguida, realizar o *login* e seguir os passos de “Primeiro Acesso”. Existem dois módulos para acessar, conforme evidenciado no Quadro 3.

Quadro 4 – Módulos de acesso do eSocial

Módulo	Detalhamento
Módulo <i>web</i> geral	- Deve ser utilizado por empresas e empregadores pessoa física. - Existe a necessidade de se ter um certificado digital. - A empresa optante pelo Simples, que tenha até um empregado, ou Microempreendedor Individual (MEI), poderá acessar o e-Social informando o CNPJ, código de acesso e senha.
Módulo e-Social simplificado	- É o módulo que não exige o certificado digital, possibilitando o acesso somente por código de acesso e senha. - Está disponível para empregadores domésticos, segurados especiais e MEIs.

Fonte: Brasil (2019).

Destaca-se que o eSocial substitui diferentes sistemas de informações do Governo Federal. Por meio do eSocial, os empregadores passaram a comunicar, de forma unificada, quinze obrigações, sendo elas: Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT (CAGED), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Livro de Registro de Empregados (LRE), Comunicação de

Acidente de Trabalho (CAT), Comunicação de Dispensa (CD), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), Quadro de Horário de Trabalho (QHT), Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD), Folha de pagamento, Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), Guia da Previdência Social (GPS) (Brasil, 2019).

2.3 Estudos Anteriores

Para evidenciar a acerca do processo de implementação do eSocial, considerando diferentes aspectos, tais como desafios e benefícios observado, apresenta-se aqui alguns estudos já desenvolvidos. O estudo conduzido por Oliveira, Santana e Martins (2017) teve por objetivo analisar as perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. Para isso, foi realizado um levantamento de dados por meio de um questionário contendo dezessete questões fechadas, que foi enviado ao Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC/SC). Os resultados obtidos indicaram que os contadores registrados no CRC/SC não estão totalmente preparados para lidar com essa nova obrigação. Além disso, os profissionais acreditam que a implantação do eSocial resultará em uma redução da burocracia insignificante, mas um considerável aumento no cumprimento dos direitos trabalhistas. Por outro lado, eles não esperam que haja aumento ou redução na arrecadação de tributos. Portanto, pode-se concluir que as perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial não são positivas, uma vez que eles próprios admitem que não estão preparados para essa mudança. Além disso, a maioria dos contadores acredita que o principal beneficiado com a implantação do eSocial será somente o governo.

Com o objetivo de analisar as dificuldades da implantação do eSocial nos servidores de serviços contábeis de Mossoró/RN, Almeida e Prado (2018) realizaram um estudo de caso. Para tanto, foi feita entrevista semiestruturada junto a contadora responsável do departamento pessoal dessa empresa. Dentre os resultados, foi possível observar desafios em relação a implementação do eSocial, com destaque para necessidade de mudança cultural e organizacional do escritório e da empresa. Ademais, os resultados evidenciam que a implementação do eSocial pode demandar a contratação de pessoal qualificado e aquisição de equipamentos apropriados, uma vez que os escritórios e os profissionais podem não estar aptos para utilização do sistema. Apesar das questões apresentadas, o estudo concluiu que o eSocial representa a modernização dos procedimentos contábeis e que tem potencial de gerar diferentes benefícios aos usuários.

O trabalho de Machado e Mollica (2018) examinou vantagens e desvantagens da implementação do eSocial no setor de recursos humanos. O estudo buscou definir o eSocial e analisar seus impactos no departamento pessoal de uma empresa de energia em Cataguases-MG. Os dados foram obtidos através de entrevistas com o gestor de eSocial da empresa. Os resultados indicaram que o eSocial beneficiaria a unificação de informações acessórias, facilitaria o cumprimento legal e previdenciário, mas apresentaria desafios como prazos restritos e multas substanciais por omissões. A dificuldade de educar colaboradores sobre seu papel no projeto e a mudança cultural necessária também foram ressaltadas.

Feitosa *et al.* (2019) desenvolveram uma pesquisa com o intuito de analisar a implementação do eSocial em uma organização pública do estado de Pernambuco. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de questionário estruturado junto aos servidores da organização investigada, bem como pela realização de entrevista semiestruturada com um dos representantes da comissão responsável pelas atividades do eSocial na instituição. Os resultados revelaram diversas resistências, categorizadas em resistências individuais e organizacionais. Dentre essas resistências, destacam-se a falta de entendimento, incertezas, hábitos arraigados, fatores econômicos, segurança, avaliações e métodos distintos, inércia

grupal, inércia estrutural e foco limitado à mudança. Além disso, não foi identificado interesse pessoal por parte dos entrevistados, nem relações de poder estabelecidas durante o processo de implementação.

O estudo conduzido por Schmith e Bilac (2020), enfatiza o processo de adaptação ocorrente devido às transformações culturais nos setores de recursos humanos das empresas, resultantes da implementação do eSocial. O propósito desse estudo foi elucidar a perspectiva dos contadores em relação à adoção do sistema eSocial. Para a coleta de dados, empregou-se uma abordagem de entrevistas semiestruturadas, realizadas com docentes contadores da Faculdade ITOP (Instituto Tocantinense de Pós-Graduação). Os resultados deste estudo revelaram que todos os atores envolvidos nesse processo atravessaram uma fase de adaptação, o que deu origem a expressões de insatisfação. Observou-se ainda a complexidade do processo de adaptação em decorrência das mudanças culturais necessárias, principalmente nos departamentos de pessoal das empresas.

A pesquisa de Nunes (2021), teve por objetivo identificar os desafios da implantação do eSocial sob a perspectiva dos usuários de escritório de contabilidade na cidade de Arapiraca/AL. Com o propósito de identificar esses desafios foram realizadas entrevistas junto a profissionais atuantes no departamento de pessoal de escritórios de contabilidade neste município. A pesquisa revelou que os profissionais enfrentam certa dependência de sistemas contábeis para o envio das informações ao eSocial, bem como da disposição dos empregadores em obedecer à legislação trabalhista em vigor. Os resultados da pesquisa indicaram impactos nas rotinas decorrentes da implementação do eSocial. Isso se deve aos investimentos em novas tecnologias e na capacitação dos colaboradores. Como resultado, houve um aumento na produtividade e o papel do profissional do departamento de pessoal tornou-se mais dinâmico e proativo para lidar com os conflitos relacionados ao processo de implementação dessa ferramenta.

A pesquisa de Souza *et al.* (2023) teve por objetivo descrever as dificuldades e benefícios relacionados ao eSocial, na percepção dos profissionais que atuam nas organizações contábeis de Boa Vista-RR. Para a coleta de dados foram aplicados questionários eletrônicos com o apoio do Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A pesquisa revelou que a maioria dos profissionais contábeis buscou compreender a nova ferramenta por meio de cursos e orientou seus clientes sobre o novo processo de envio de informações. As principais dificuldades encontradas foram relacionadas à mudança cultural interna e externa, incluindo sensibilização dos clientes, interpretação da legislação e do manual do eSocial, além da padronização e revisão dos cadastros de trabalhadores. Os pesquisadores acreditam que, em longo prazo, o eSocial trará benefícios como melhor controle dos aspectos trabalhistas e previdenciários, padronização e integração de cadastros em uma plataforma única. Isso visa unificar informações trabalhistas, atender a diversos órgãos governamentais, aumentar a transparência das informações e possibilitar fiscalização eficaz, garantindo os direitos dos empregados.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi classificada como descritiva, pois visa analisar a percepção dos profissionais contábeis em relação a implementação do eSocial nos escritórios de contabilidade na cidade de Ituiutaba/MG. A pesquisa descritiva busca segundo Gil (2009), descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática (Gil, 2009).

No que tange a classificação em relação ao problema, a presente tem foco na abordagem quantitativa. A pesquisa quantitativa é aquela que parte do princípio de que tudo pode ser quantificável, ou seja, que opiniões, problemas, informações serão mais bem

entendidos se traduzidos em forma de números (Michel, 2015). Nessa modalidade de pesquisa utiliza-se da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas, através de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, e outras (Michel, 2015).

A coleta de dados foi conduzida por meio de questionário desenvolvido no *Google Forms*. O questionário direcionado aos profissionais contábeis foi segregado em dois blocos com o total de 20 questões (Apêndice A). O primeiro bloco ficou destinado a caracterização do respondente. O segundo bloco contemplou sobre a implementação do eSocial, compreendendo aspectos que envolvem treinamentos, dificuldades, investimentos realizados e pontos positivos. As assertivas foram elaboradas fundamentando-se no estudo de Carvalho *et al.* (2016). Pondera-se que houve adaptação de objeto de análise em relação as assertivas do estudo de Carvalho *et al.* (2016), que contemplou a percepção de profissionais contábeis em relação a implementação da escrituração fiscal digital.

Os questionários foram encaminhado digitalmente por *e-mail* pelo Sindicato dos Profissionais de Contabilidade de Ituiutaba e Região aos profissionais contábeis, observando-se os aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.853/2019, no que tange ao tratamento de dados pessoais de modo a assegurar privacidade. Conforme informações do Sindicato, foram enviados e-mails para 30 associados sendo escritórios contábeis e profissionais autônomos que se encontravam como ativos em agosto de 2023. O questionário ficou disponível para recebimento de respostas durante os meses de setembro e outubro de 2023. Ao final, foram recebidas 24 respostas válidas.

Após a coleta, os dados levantados foram tabulados no *Microsoft Excel 2007* com a finalidade de facilitar o agrupamento das respostas e análises por meio de estatística descritiva, para conclusão dos resultados, compreendendo apresentação de valores relativos. Dessa forma, os dados foram tratados e dispostos em tabelas com a apresentação de valores absolutos e relativos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Identificação dos Respondentes

A primeira parte da análise compreende a identificação do perfil dos respondentes. Para tanto, considerou-se aspectos sociodemográficos e delimitações em relação ao modo como os respondentes atuam na área contábil, com destaque para atuação direta em relação ao eSocial. A Tabela 1 evidencia parte das informações encontradas.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes

Gênero			
Feminino	66,70%	Masculino	33,30%
Idade			
21 a 30 anos	20,80%	41 a 50 anos	50,00%
31 a 40 anos	29,20%	Mais de 50 anos	0%
Grau Escolaridade			
Ensino médio completo	4,17%	Especialização incompleta	4,17%
Ensino superior incompleto	8,33%	Especialização completa	16,67%
Ensino superior completo	66,67%		
Área de Formação		Como exerce a profissão contábil:	
Administração	20,83%	Profissional autônomo	12,50%
Ciências Contábeis	54,16%	Proprietário de escritório contábil	33,33%
Outra área	25,01%	Empregado de escritório contábil	33,33%
		Outra forma	20,84%
Tempo de atuação como contador no mercado:		Trabalha com maior foco na área:	
menos de um ano	4,17%	Contábil	12,50%

1 a 5 anos	16,67%	Fiscal	25,00%
6 a 10 anos	16,67%	Departamento Pessoal	58,33%
11 a 15 anos	20,83%	Legalizações	4,17%
mais de 15 anos	41,66%		

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ao analisar a Tabela 1, nota-se 66,70% dos respondentes identificam-se como pertencentes ao gênero feminino, enquanto 33,30% se identificam como de gênero masculino. Metade dos respondentes (50,00%) está na etária de 41 a 50 anos. Em relação ao grau de escolaridade, destaque que 66,67% dos respondentes possui ensino superior completo, sendo que 54,16% têm formação em Ciências Contábeis, o que está alinhado com o escopo da pesquisa. Além das áreas de formação apresentadas no questionário, 25,01% dos respondentes mencionaram que fizeram cursos em outras áreas, sendo Recursos Humanos, Gestão Ambiental e Especialização em Perícia Contábil e Contabilidade Empresarial.

No que tange a atuação na área contábil, observa-se que 33,33% são empregados de escritórios contábeis, mesmo percentual daqueles que são proprietários de escritórios contábeis. Além disso, 20,84% dos respondentes mencionaram que exercem a profissão contábil trabalhando no departamento pessoal, como empregado de empresa privada e *Back office* de rede de farmácias. Nota-se que 41,66% dos respondentes estão atuando como contadores por mais de 15 anos. A área de Departamento Pessoal é o principal foco de trabalho para a maioria (58,33%) dos respondentes.

Observou-se ainda que 70,20% dos respondentes trabalham diretamente com o eSocial. Desses, 45,80% realizam esse trabalho em colaboração, o trabalho é realizado em conjunto com o departamento e 20,80% atuam como sendo o único responsável pelo preenchimento e envio. Além disso, 12,50% dos respondentes observam se as declarações foram enviadas e 8,30% fazem apenas a conferência geral. O restante, atua de modo mais pontual, com elaboração da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-REINF), cobrindo férias ou pelo fato de estarem no departamento pessoal.

4.2 Aspectos Referentes ao eSocial

A segunda parte da análise se concentra nos aspectos relacionados ao processo de implementação do eSocial. Pondera-se que todos os respondentes emitiram sua opinião, independente de atuarem ou não de forma direta no preenchimento e envio do eSocial. Isso porque as questões tinham como o propósito observar aspectos que mesmo quem não atua de forma direta conseguem perceber, tais como o processo de implementação, necessidade de treinamentos, apoio recebido, dificuldades de implementação, dentre outros. É válido mencionar que os respondentes tinham a possibilidade de assinalar apenas uma das alternativas apresentadas em cada uma das questões.

Inicialmente, observou-se que 79,17% dos respondentes observaram que a procura pelos serviços contábeis prestados por eles e/ou suas empresas aumentou com a implementação do eSocial. Para conseguir atender às demandas advindas das mudanças trazidas com a adoção do eSocial, todos os respondentes evidenciaram que foi preciso realizar treinamentos para atualizações. Esse achado confirma o evidenciado na pesquisa de Nunes (2021), que apontou a necessidade de investimentos na capacitação dos colaboradores para a implementação do eSocial. A Tabela 2 evidencia as modalidades pelas quais os respondentes realizaram treinamento para conseguirem trabalhar com o eSocial.

Tabela 2 – Modalidades dos treinamentos realizados

	Frequências	
	Absoluta	Relativa
Cursos Presenciais	10	41,68%

<i>Cursos Online</i>	8	33,33%
Palestras, seminários	3	12,50%
Encontros, discussões, reuniões	3	12,50%
Apostilas, livros, revistas	0	0,00%
Total	24	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Por meio da análise da Tabela 2, é possível observar que 41,68% dos respondentes realizaram cursos presenciais para conhecerem sobre o eSocial, outros 33,33% realizaram cursos de forma *online*. Outras formas de treinamento utilizadas foram participação em palestras, seminários, além de encontros, discussões e reuniões. Pondera-se que os 79,17% dos respondentes mencionaram que tiveram apoio de órgãos da contabilidade para o processo de implementação e treinamentos relacionados ao eSocial, enquanto 20,83% evidenciaram não terem recebido apoio. A Tabela 3 evidencia quais os órgão da contabilidade ofereceram apoio aos profissionais contábeis no processo de implementação do eSocial.

Tabela 3 – Órgãos da contabilidade que apoiaram na implementação do eSocial

	Frequências	
	Absoluta	Relativa
Sindicato dos Contabilistas	12	50,00%
Nenhum	5	20,83%
Conselhos de Contabilidade (federal e/ou estadual)	3	12,50%
Portal específico eSocial	3	12,50%
Receita Federal	0	0,00%
Outros	1	4,17%
Total	24	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Como evidenciado na Tabela 3, o Sindicato dos Contabilistas foi o órgão indicado por 50,00% dos respondentes, como sendo o que mais apoiou na implementação do eSocial. Os Conselhos de Contabilidade, tanto no nível federal quanto estadual, bem como a utilização de um portal específico dedicado ao e-Social também foram considerados como fontes de assistência na implementação do eSocial. Nota-se ainda que 20,83% dos respondentes evidenciaram que não receberam apoio de nenhum órgão da contabilidade, o que desperta a necessidade de avaliações futuras para compreender o que pode ter levado a ausência de apoio. Na sequência, a Tabela 4 evidencia as dificuldades apresentadas com a adoção do eSocial.

Tabela 4 - Dificuldades apresentadas com a adoção eSocial

	Frequências	
	Absoluta	Relativa
Problemas de envio e validação	10	41,67%
Mudança na cultura da empresa	6	25,00%
Falta de cursos para capacitação	3	12,50%
Falta de clareza na legislação	2	8,33%
Não tive dificuldades	2	8,33%
Aumento da fiscalização	1	4,17%
Problemas de acesso à legislação	0	0,00%
Total	24	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ao analisar a Tabela 4, nota-se que as dificuldades encontradas com a adoção do eSocial variaram entre os respondentes. Cerca de 42,00% deles mencionaram enfrentar problemas relacionados ao envio e validação de informações, enquanto 25,00% destacaram

dificuldades em relação à mudança na cultura da empresa. Esse último achado reforça o exposto na pesquisa de Schimith e Bilac (2020), que também observaram a complexidade do processo de adaptação ao eSocial em decorrência de mudanças culturais no departamento pessoal das empresas. Na mesma linha Souza *et al.* (2023), evidenciaram sobre a percepção de dificuldades advindas de mudanças culturais internas e externas, além disso os autores evidenciaram sobre dificuldades relacionadas ao curto prazo para implementação do sistema, pouca oferta de cursos para capacitação profissional e falta de *softwares* adequados.

Além da percepção em relação às dificuldades gerais apresentadas, questionou-se ainda sobre a existência de custos adicionais no processo de implementação do eSocial. As informações encontradas são apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5 - Custos para implantação do eSocial

	Frequências	
	Absoluta	Relativa
Aquisição de complementos do <i>software</i> que a empresa já possuía	10	41,67%
Não foi observado nenhum custo	6	25,00%
Aumento no quadro de funcionários	5	20,83%
Contratação de assessoria especializada	3	12,50%
Total	24	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Tabela 5 evidencia que 41,67% dos respondentes relataram que com a implementação do eSocial houve a necessidade de adquirir complementos para os *softwares* que já eram utilizados, além de ser observado o aumento no quadro de funcionários (20,83%) e contratação de serviços de assessoria especializada (12,50%). Esse achado corrobora com o exposto nas pesquisas realizadas por Nunes (2021) e Souza *et al.* (2023), nas quais também se observou a necessidade de investimentos para implementação do eSocial, decorrentes da adaptação ou substituição dos sistemas utilizados, ou ainda em virtude da realização de capacitação dos colaboradores. É válido mencionar que 62,50% dos respondentes da presente pesquisa, mencionaram que os valores gastos com a implementação do eSocial não foram repassados aos clientes.

Uma questão foi realizada com o intuito de verificar possíveis adaptações necessárias nos softwares já utilizados pelos respondentes em seu trabalho relacionado ao eSocial. Os resultados encontrados podem ser observados na Tabela 6.

Tabela 6 – Adaptações em relação aos *softwares* utilizados

	Frequências	
	Absoluta	Relativa
Somente realizar atualizações	15	62,50%
Trocar pois o <i>software</i> existente não atendia as necessidades colocadas pelo sistema eSocial	3	12,50%
Implementar software complementar	2	8,33%
Investir em segurança de TI	2	8,33%
Não foi preciso realizar nenhuma mudança, pois o <i>software</i> que a empresa adotava atendia à todas as exigências colocadas pela legislação do sistema eSocial	2	8,33%
Total	24	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ao realizar a análise da Tabela 6, nota-se que 62,50% dos respondentes somente precisaram atualizar os softwares que já adotam para adequações necessárias ao eSocial. Outros 12,50% dos respondentes precisaram trocar de *software*, pois o que utilizavam não

atendia as necessidades do sistema eSocial. Ademais, notou-se a necessidade de implementação de *software* complementar bem como a necessidade de investimento em segurança de Tecnologia da Informação (TI). Na sequência, a Tabela 7 evidencia acerca das influências do eSocial no trabalho desempenhado pelos profissionais contábeis.

Tabela 7 - Influências do eSocial no trabalho dos profissionais contábeis

	Frequências	
	Absoluta	Relativa
Exigência de domínio sobre o assunto	7	29,16%
Agilidade no processamento de dados	6	25,00%
Poucos profissionais capacitados	6	25,00%
Aumento da quantidade de tarefas executadas	2	8,33%
Aumento de competitividade	1	4,17%
Aumento dos custos administrativos	1	4,17%
Redução da carga de trabalho	1	4,17%
Maior fidedignidade dos dados	0	0,00%
Menos burocracia	0	0,00%
Total	24	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As informações apresentadas na Tabela 7, permitiram observar que 29,16% dos respondentes perceberam que o eSocial influenciou em relação à exigência de domínio sobre o assunto. Além disso, foi possível perceber que o eSocial influenciou na agilidade no processamento de dados (25,00%) e trouxe complicações ao considerar a existência de poucos profissionais capacitados (25,00%). Na outra ponta, apenas 4,17% respondentes perceberam que o eSocial impactou no aumento de competitividade ou dos custos administrativos, ou ainda na redução da carga de trabalho. Por fim, a Tabela 8 apresenta os pontos positivos percebidos pelos respondentes em relação ao eSocial.

Tabela 8 - Pontos positivos percebidos em relação ao eSocial

	Frequências	
	Absoluta	Relativa
Melhoria da qualidade das informações	8	33,33%
Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federativas	8	33,33%
Rapidez no acesso às informações	4	16,67%
Redução de custos com a dispensa com armazenamento de documentos em papel	2	8,33%
Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas	2	8,33%
Redução dos custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias	0	0,00%
Total	24	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A análise da Tabela 8 permite observar que 33,33% dos respondentes acreditam que eSocial proporcionou melhoria da qualidade das informações. Outros 33,33% entendem que por meio do eSocial foi possível uniformizar as informações que o contribuinte presta às diversas unidades federativas. Rapidez no acesso às informações também foi um ponto positivo observado por 16,67% dos respondentes. Além disso, 8,33% dos respondentes observaram a redução de custos relacionados ao armazenamento de documentos ou dos custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias. A redução de gastos,

especialmente em relação às despesas com papel também foi observada na pesquisa de Souza *et al.* (2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar a percepção dos profissionais contábeis, que atuam no município de Ituiutaba/MG, sobre as implicações decorrentes da implementação do eSocial na rotina de trabalho nos escritórios de contabilidade. Os resultados da pesquisa revelaram que a implementação do eSocial fez com que houvesse a necessidade de aquisição de complementos do *software* que era adotado para os trabalhos contábeis, bem como a necessidade de capacitações, considerando as exigências de domínio sobre o assunto. Nesse sentido, o Sindicato dos Contabilistas e os Conselhos de Contabilidade, foram os principais apoiadores.

As maiores dificuldades encontradas na implementação do eSocial foram relacionadas ao envio e validação das informações no sistema do e-Social. Os profissionais contábeis ainda destacaram mudanças na cultura da empresa como um desafio relevante durante a adoção do eSocial, além da preocupação em relação à falta de clareza na legislação. Apesar disso, percebe-se benefícios em relação à melhoria na qualidade das informações e uniformização das informações fornecidas às diferentes unidades federativas. Por fim, houve menção à redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas, juntamente com a diminuição dos custos associados ao armazenamento de documentos em papel.

Face aos achados da pesquisa, notam-se contribuições para a literatura e prática. A pesquisa acrescenta aos estudos já realizados sobre a implementação do eSocial, uma vez que oferece novas evidências relacionadas aos desafios e benefícios observados pelos profissionais contábeis. Com isso, fomenta discussões necessárias no campo da prática, especialmente ao considerar a importância do apoio de órgãos competentes como Sindicatos dos Contabilistas e Conselhos de Contabilidade, quando da implementação de uma nova obrigação que impacta na rotina das atividades desempenhadas pelos profissionais contábeis.

No contexto prático, salienta-se a necessidade de constante capacitação e acompanhamento das mudanças enfrentadas no exercício da profissão contábil. Logo, pondera-se sobre a necessidade de plataformas que possam auxiliar os profissionais contábeis na execução de suas atividades, de modo a dirimir problemas de preenchimento e envio das declarações. Assim, depreende-se a necessidade de maior alinhamento entre órgãos federais, estaduais e municipais afim de promover maior eficiência e eficácia na realização dos trabalhos realizados, com foco no cumprimento das obrigações sem penalidades, com esclarecimento prévio em relação ao modo de operação e no que tange à observação de legislação pertinente.

A pesquisa conduzida revela algumas limitações. Destaca-se a dificuldade na obtenção de respostas junto aos profissionais contábeis, o que impacta significativamente os resultados. Para futuras investigações, sugere-se ampliar a abrangência da coleta, considerando a inclusão de escritórios de contabilidade que não são associados ao Sindicato dos Contabilistas e os profissionais autônomos. Isso permitiria obter uma perspectiva mais ampla e diversificada.

Pesquisas futuras podem explorar a implementação do eSocial nos escritórios de contabilidade no longo prazo, levando em conta as mudanças constantes na legislação e nas práticas profissionais. Além disso, a aplicação da pesquisa em outras localidades se faz recomendável para realizar comparações significativas. Recomenda-se, para estudos posteriores, a implementação de outras técnicas de pesquisa e métodos adicionais, de modo a possibilitar uma análise mais aprofundada das evidências coletadas, contribuindo para melhor compreensão do tema em questão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ícaro Antônio Costa Rosado de; PRADO, Alexsandro Gonçalves da Silva. **Desafios de Implantação do Esocial**: estudo de caso em um escritório de contabilidade na cidade de Mossoró. 2018. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis), Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/5507>. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2014. Seção 1, p. 04. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm. Acesso em: 21 maio 2023.

BRASIL. eSocial. **Conheça o eSocial**. [Brasília]: eSocial, 05 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. eSocial. **Cronograma de Implantação**. [Brasília]: eSocial, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/aceso-ao-sistema/cronograma-de-implantacao>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 1990. p. 25534. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8137.htm. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.853, de 08 de julho de 2019. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 de jul. 2019. Seção 1, p. 01. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113853.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Manual de orientação do eSocial – versão S-1.1**. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/mos-s-1-1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2023.

CÁRNIO, Thais Cíntia; MORANDO, Thais Helena; NAGIB, Luiza (org.). **As obrigações acessórias no Direito Tributário**. 1.ed. São Paulo: KDP Amazon, 2019. Disponível em: <https://ler.amazon.com.br/kp/embed?linkCode=kpd&asin=B08QCK8ZKW&tag=mvnminer-20&amazonDeviceType=A2CLFWBIMVSE9N&from=Bookcard&preview=newtab&reshareId=NVRNF190TFTDM7X18NZS&reshareChannel=system>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CARVALHO, Hatson Freitas; OLIVEIRA, Renata Mendes; BARBOSA, Josiline da Silva; SAVI, Érika Monteiro de Souza. Mudanças na escrituração fiscal, um estudo sobre o impacto

e a adaptação dos profissionais contábeis. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 7, n. 1, p. 1649-1670, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.15603/2177-7284/regs.v7n2p1649-1670>. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/REGS/article/view/6492>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CORRÊA, Flavia Chrystina Jardim; PETRI, Sérgio Murilo; VON MECHELN, Pedro José; PETRI, Luana Ramos Figueiredo. Obrigações acessórias: um levantamento das informações divulgadas que podem ser alvo cruzamentos nas principais declarações e demonstrativos exigidos pelo fisco. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 5., 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://ccn-ufsc-cdn.s3.amazonaws.com/5CCF/20140519034658.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

FEITOSA, Camila de Souza Padilha; MAIOR, Rafaela Angela Mateus Souto; MAURÍCIO, Histaley Lelise Maria; MORAES FILHO, Rodolfo Araújo de. A implementação do E-social e os seus Desafios: Um estudo de caso sob a ótica da mudança organizacional. **RPA-Revista Pesquisa em Administração UFPE**, v.3, n. 2, p. 2-19, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rpa/article/view/243697/0>. Acesso em: 23 maio 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Gabriela Azevedo; MOLLICA, Adriana Maria Vieira. As vantagens e desvantagens da implantação do eSocial no departamento pessoal da empresa de energia elétrica no município de Cataguases-MG. **Revista Científica Unifagoc-Multidisciplinar**, v. 3, n. 2, p. 14-23, 2018. Disponível em: <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/multidisciplinar/article/view/425>. Acesso em, 13 jul. 2023.

MICHEL, Marcia Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NUNES, Rosevania Soares. **Os desafios da implementação do e-Social sob a perspectiva dos usuários de escritórios de contabilidade na cidade Arapiraca/AL**. 2021.28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública), Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79379>. Acesso em: 11 jun. 2023.

OLIVEIRA, Lucimara da Silva de; SANTANA, Tayana Pereira; MARTINS, Zilton Bartolomeu. Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 18, n. 2, p. 41-53. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/686> .Acesso em: 11 jun. 2023.

SCHMITH, Sidnei Jose; BILAC, Doriane Braga Nunes. E-social: Implantação e mudanças na cultura organizacional. **Revista Multidebates**, v. 4, n. 6, p. 40-47, 2020. Disponível em: <http://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/276>. Acesso em, 13 jul. 2023.

SEBOLD, Marcia; SCHAPPO, Cássio; PIONER, Lucas Mello; PIONER, João José Mello. Evolução da contabilidade brasileira: do governo eletrônico ao Sistema Público de

Escrituração Digital–SPED. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 31, n. 2, p. 23-32, maio/ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v31i2.14603>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3071/307124727003.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2023.

SILVA, Julielly de Jesus. **O trabalho do departamento pessoal para o atendimento às exigências do eSocial**. 2019. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis), Faculdade FACMAIS, Inhumas, 2019. Disponível em: <http://65.108.49.104/handle/123456789/129>. Acesso em: 27 maio 2023.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED. **Módulos**. 2023. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/>. Acesso em: 23 maio 2023.

SOUZA, Dayane Silva; ALVES, Elizangra Soares; COSTA FILHO, Francisco Carlos da; SANTOS, Verçulina Firmino dos. Dificuldades e benefícios do eSocial nas organizações contábeis. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 15, n. 1, p. 76-95, jan/abr 2023. Disponível em: <http://reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/273>. Acesso em: 15 ago. 2023.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Bloco I – Identificação dos respondentes

1. Gênero: () Feminino () Masculino () Prefiro não responder
2. Idade: () Menos de 21 anos () 21 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () Mais de 50 anos
3. Grau de escolaridade:

() Ensino médio completo	() Mestrado incompleto
() Ensino superior incompleto	() Mestrado completo
() Ensino superior completo	() Doutorado incompleto
() Especialização incompleta	() Doutorado completo
() Especialização completa	
4. Área de formação (em sua maior titulação):
 - () Administração
 - () Ciências Contábeis
 - () Economia
 - () Engenharia de Produção
 - () Outra (especificar): _____
5. Como exerce a profissão contábil:
 - () Profissional autônomo
 - () Proprietário de escritório contábil
 - () Empregado de escritório contábil
 - () Outra (especificar): _____
6. Tempo de atuação como contador no mercado:
 - () menos de um ano
 - () 1 a 5 anos
 - () 6 a 10 anos
 - () 11 a 15 anos

☐ mais de 15 anos

7. Trabalha com maior foco em qual área:

☐ Contábil

☐ Fiscal

☐ Departamento Pessoal

☐ Legalizações

☐ Outra (especificar): _____

8. Trabalha diretamente com o eSocial?

☐ Sim ☐ Não

9. Se sim, de que forma?

☐ Único responsável (preenchimento, envio)

☐ O trabalho é realizado em conjunto (departamento)

☐ Faço apenas a conferência

☐ Só vejo se todas as declarações foram enviadas

☐ Outra (especificar): _____

Bloco II – eSocial

10. Com a implementação do eSocial, a procura pelos serviços contábeis prestados por sua empresa aumentou?

☐ Sim ☐ Não

11. Com as novas mudanças trazidas com a adoção do eSocial foi preciso realizar treinamentos para atualizações?

☐ Sim ☐ Não

12. Se sim, por qual meio esse treinamento foi realizado?

☐ Cursos presenciais

☐ Cursos online

☐ Palestras, seminários

☐ Apostilas, livros, revistas

☐ Encontros, discussões, reuniões

☐ Outros: _____

13. Teve apoio de algum órgão relacionado a contabilidade para implementação e treinamento relacionado ao eSocial?

☐ Sim ☐ Não

14. Qual órgão relacionado à contabilidade ofereceu apoio na implementação do eSocial?

☐ Nenhum

☐ Conselhos de Contabilidade (federal e/ou estadual)

☐ Sindicato dos Contabilistas

☐ Receita Federal

☐ Portal específico eSocial

☐ Outros: _____

15. Quais as dificuldades apresentadas com a adoção eSocial?

☐ Não tive dificuldades

- ☐ Problemas de acesso à legislação
- ☐ Falta de cursos para capacitação
- ☐ Falta de clareza na legislação
- ☐ Problemas de envio e validação
- ☐ Mudança na cultura da empresa
- ☐ Aumento da fiscalização
- ☐ Outra: _____

16. Tiveram custos para implantar o eSocial na empresa?

- ☐ Não foi observado nenhum custo
- ☐ Contratação de assessoria especializada
- ☐ Aquisição de complementos do *software* que a empresa já possuía
- ☐ Aumento no quadro de funcionários

17. Se a empresa percebeu a incidência de custos de implementação do eSocial, estes foram repassados aos seus clientes?

- ☐ Sim ☐ Não

18. Em relação ao *software* já adotado anteriormente pela empresa foi preciso:

- ☐ Somente realizar atualizações
- ☐ Trocar pois o *software* existente não atendia as necessidades colocadas pelo sistema eSocial
- ☐ Implementar *software* complementar
- ☐ Investir em segurança de TI
- ☐ Não foi preciso realizar nenhuma mudança, pois o *software* que a empresa adotava atendia à todas as exigências colocadas pela legislação do sistema eSocial

19. Como o eSocial influencia ou influenciou no trabalho dos profissionais de Contabilidade?

- ☐ Maior fidedignidade dos dados
- ☐ Aumento de competitividade
- ☐ Poucos profissionais capacitados
- ☐ Exigência de domínio sobre o assunto
- ☐ Agilidade no processamento de dados
- ☐ Menos burocracia
- ☐ Redução da carga de trabalho
- ☐ Aumento dos custos administrativos
- ☐ Aumento da quantidade de tarefas executadas
- ☐ Outro (s): _____

20. Quais os pontos positivos percebidos por você em relação ao eSocial?

- ☐ Rapidez no acesso às informações
- ☐ Melhoria da qualidade das informações
- ☐ Redução de custos com a dispensa com armazenamento de documentos em papel
- ☐ Redução dos custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias
- ☐ Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federativas
- ☐ Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas
- ☐ Outro (s): _____